



ATA Nº 07/2022
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASA DA CULTURA - MUSEU DA ESCOLA
22 DE DEZEMBRO DE 2022

PRESENCAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

a) Mesa da Assembleia Municipal:-----

Presidente: Marcial Gundar Rodrigues (PS);-----

Primeiro Secretário: Artur Armando Ribeiro da Mota (PS);-----

Segundo Secretário: Paula Cristina Mendes Fernandes (PS);-----

b) Outros Membros da Assembleia Municipal:-----

Álvaro dos Santos Borges (PS);-----

António Leite Teixeira (PS);-----

Domingos Manuel Dias Sabroso (PS);-----

Carlos Alberto Faria Gonçalves (PS);-----

Álvaro Manuel Alves Rodrigues (PS);-----

Ana Patrícia Mucha Fernandes (PS);-----

Márcio José Barreiro Marcelino (PS – Junta de Freguesia de Canedo);-----

Fernando Manuel Pereira Lourenço (PS – Junta de Freguesia de Cerva e Limões);-----

Daniel Fernando Machado Carvalho (PS – Junta de Freguesia de Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega);-----

José Domingos de Jesus Teixeira (PS – Junta de Freguesia de Santa Marinha);-----

Manuel António Alves Costa (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Sílvia Maria Cardoso Rodrigues (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink.

Paula Margarida Rodrigues Ribeiro da Costa (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

José Manuel Leite Lopes (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

José Luís Silva Monteiro (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Eduardo Paulo Queiroga da Silva (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Agostinho da Costa Rego (Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Junta de Freguesia de Alvadia);-----

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Presidente: João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho (PS).-----

Vereador: Luís Manuel Rodrigues Ferreira (PS);-----

Vereador: Carlos Alberto Marinho Carvalho (Coligação PPD/PSD-CDS/PP);-----

Vereadora: Carla Alexandra Meireles Costa (Coligação PPD/PSD-CDS/PP).-----

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Vereadora: Isabel de Jesus Lourenço da Silva Machado (PS);-----

OUTRAS PRESENCAS:-----

Prof. Doutor Ramiro Manuel Moreira Gonçalves (Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso).-----

ABERTURA:-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão às 09:30 horas.-----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

Foi dada a palavra ao senhor Prof. Doutor Ramiro Gonçalves que, na qualidade de Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT), cumprimentou todos os presentes e transmitiu que iria fazer uma breve abordagem às atividades desenvolvidas durante o ano de 2022, bem como uma referência aos novos projetos em desenvolvimento para todo o território no ano de 2023. Começou por referir que devido ao processo de descentralização, a CIMAT tinha



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cada vez mais competências, estando cada vez mais focada, na perspetiva de fazer mais, na captação de fundos europeus para a realização de projetos intermunicipais, salientando que o ano de 2022:-----

- Na temática das florestas, foi um ano difícil, no controlo dos incêndios florestais, que apesar do trabalho relevante das duas brigadas de sapadores florestais, a área ardida na região representava cerca de 15% do total nacional, alertando os membros da Assembleia Municipal para o forte impacto das alterações climáticas na matéria dos incêndios florestais;-----

- Em relação aos transportes, transmitiu que o contrato de concessão encontrava-se a aguardar o visto do Tribunal de Contas, que era dossiê muito complexo, devido à grande área do território, que contava cada vez mais com menos pessoas. Informou, ainda, que o contrato foi celebrado por um período de 7 anos, com o custo de 6 milhões de euros;-----

- Na área do meio ambiente mencionou o tema novo, que dizia respeito à recolha de biorresíduos, sobretudo com a recolha de óleos na restauração.-----

- Relativamente ao projeto AQUAVALOR, referiu que o mesmo continuava a desempenhar o seu papel, contribuindo para o território, com a capacidade de angariar fundos, e que em 2 anos e meio já tinham conseguido angariar cerca de 25 milhões de euros para o território, contando com 17 pessoas a trabalhar no desenvolvimento de novas iniciativas;-----

- No domínio do Turismo, transmitiu que apesar da pandemia e da guerra na Ucrânia, muitas pessoas tinham visitado o território, com uma taxa de permanência 1,7 noites, indicando que o objetivo era atingir a taxa de 2,2 noites;-----

- Na área da Cultura, mencionou que conseguiram cerca 360 mil euros para investimento nessa área, tendo sido já realizados vários espetáculos e eventos culturais por todo o território da CIMAT.-----

- Relativamente aos fundos europeus, informou que o quadro comunitário terminava a 30 de junho de 2023, sendo que a taxa de execução paga estava nos 76%, com a previsão de se chegar ao fim com 100% de taxa de execução. Referiu que os Municípios tinham conseguido captar para o território cerca de 108 milhões de euros.



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salientou, ainda, que existiam cerca de 6 mil empresas ativas no território, que com a ajuda dos Municípios tinham conseguido cerca de 54 milhões de euros de fundos comunitários. Mencionou, também, a constituição do novo AECT, que irá juntar o Gerês Português com o Gerês Espanhol - Gerês-Xurés - trazendo a captação de dinheiro de linhas diferentes das habituais. Por fim, o Prof. Doutor Ramiro Gonçalves desejou um feliz natal e um excelente ano 2023 para todos os membros da Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu e enalteceu a esclarecedora exposição apresentada pelo representante da CIMAT, não tendo sido solicitados quaisquer pedidos de esclarecimentos.-----

PONTO UM – Apreciar e aprovar a Ata nº 05/2022, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata.-----

Os membros municipais Álvaro Manuel Alves Rodrigues, Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, José Luís Silva Monteiro e Eduardo Paulo Queiroga da Silva não participaram na discussão e votação do assunto por não terem estado presentes na referida sessão.-----

Usaram da palavra, devidamente autorizados, os seguintes membros:-----

O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues afirmou que na última sessão extraordinária tinha solicitado esclarecimentos sobre o Parque da Carvalheda, pelo que pretendia saber qual era projeto do executivo para esse espaço, questionando se se técnica responsável pelo Parque da Carvalheda iria prestar esses esclarecimentos à Assembleia Municipal. Por outro lado, questionou sobre a previsão da abertura da Casa Mortuária de Ribeira de Pena, bem como sobre a reabilitação da antiga escola primária da Portela de Santa Eulália, uma vez que, anteriormente, nesse espaço funcionavam as atividades dos Centros de Convívio e que agora, mesmo existindo a possibilidade de os idosos virem no transporte da autarquia para a vila do Salvador, essa deslocação não era cómoda para alguns idosos, situação que levada alguns idosos a desistirem de frequentar os Centros de Convívio, aumentando, assim, o seu isolamento. O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que, relativamente



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

às questões sobre o Parque da Carvalheda, na última sessão da Assembleia Municipal já tinham abordado essas questões, tendo sido transmitidas informações sobre aquele espaço, nomeadamente, informação sobre o projeto e sobre o pessoal afeto, mas que a técnica responsável pelo espaço viria à Assembleia Municipal prestar esclarecimentos adicionais sobre o Parque da Carvalheda. No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Casa Mortuária de Ribeira de Pena já se encontrava concluída e que seria uma infraestrutura a ser inaugurada em breve, tal como a Casa Mortuária de Cerval. Referiu, ainda, que, a Casa Mortuária de Seirós, já se encontrava em funcionamento, sendo uma mais-valia para a população de Seirós. Relativamente à reabilitação da antiga escola primária de Santa Eulália, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que aquele espaço tinha sido usado para a dinamização dos Centros de Convívio, mas que já não tinha condições para a realização das atividades, uma vez que carecia de uma grande reabilitação, que se traduzia num investimento bastante oneroso que tinha que ser devidamente ponderado pelo Município, realçando, contudo, que a Câmara Municipal disponibilizou transporte gratuito para à vila do Salvador aos utentes do Centro de Convívio. O membro municipal José Manuel Leite Lopes interveio no sentido de obter informação sobre os processos judiciais, uma vez que tem solicitado, desde a primeira sessão da Assembleia Municipal a documentação sobre as ações judiciais e que até ao momento ainda não lhe tinha sido fornecida qualquer documentação. O senhor Presidente da Câmara Municipal, por forma a esclarecer a questão dos processos judiciais fez uma breve resenha dos processos judiciais, tendo salientado que o membro José Manuel Leite Lopes poderia dar informações mais detalhadas à Assembleia Municipal sobre alguns processos judiciais que correm contra o Município, uma vez que alegadamente se referem a situações que envolvem o próprio membro José Manuel Leite Lopes. O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a esclarecedora exposição do senhor Presidente da Câmara Municipal. Seguidamente, o membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues interveio para questionar sobre a possibilidade dos membros da Assembleia Municipal suportarem o valor do almoço de natal da Assembleia Municipal, revertendo essa verba, apesar de uma quantia diminuta, a favor das Santas



Casas da Misericórdia de Cerva e Ribeira de Pena. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que já não era possível proceder dessa forma, uma vez que o processo de despesa já estava realizado, sem prejuízo da possibilidade dos membros da Assembleia Municipal fazerem a doação diretamente às instituições referidas. O membro municipal José Manuel Leite Lopes, no uso da palavra, disse que não tinha ficado esclarecido em relação aos processos judiciais, uma vez que já tinha feito essa leitura, referindo, ainda, que o facto do Município ser autor dos processos não era necessariamente benéfico, reiterando, ainda, o acesso à documentação sobre esses processos. Por outro lado, e uma vez que o Presidente da Câmara Municipal tinha mencionado o seu nome nalguns processos judiciais relativos ao fornecimento de refeições em incêndios florestais de 2017 ocorridos na área de Cerva, disse que tinha orgulho e que assumia os seus atos. Devidamente autorizado, o membro municipal Álvaro dos Santos Borges agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecimento prestado relativo aos processos judiciais, referindo que a maioria dos processos resultavam de acontecimentos ocorridos no tempo dos anteriores executivos municipais. Lamentou, ainda, o número elevado de processos judiciais que envolvem o trabalhador Bráulio Manuel Fernandes Ferreira, que, aparentemente, não preza em trabalhar, mas apenas em receber o respetivo salário. Finalmente, salientou que tinha conhecimento sobre a origem de um dos processos judiciais contra o Município relacionado com o fornecimento de refeições durante um incêndio florestal na zona de Formoselos, tendo informado que nessa altura, em 2017, o membro José Manuel Leite Lopes era Adjunto do Presidente de Câmara Rui Alves, e que a fatura dessas refeições não deveria ser suportada pela Câmara Municipal, mas sim pela Associação de Bombeiros de Cerva, uma vez que a Associação era financiada pelo Estado, através da proteção civil, para pagar essas refeições, lamentando, ainda, que tenham encomendado as refeições num restaurante de Cabeceiras de Basto, quando, na sua opinião, deviam ter dado primazia aos restaurantes do concelho de Ribeira de Pena para fornecer as refeições durante o incêndio, uma vez que seria mais dinheiro que ficaria no concelho e que ajudaria a economia local. O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que a Eng.ª Eulália Valadares, responsável pelo Parque da



Carvalheda, iria prestar os esclarecimentos solicitados. Seguidamente, a Eng.^a Eulália Valadares, informou que o projeto pensado para o Parque da Carvalheda iria, após execução das necessárias adaptações, dar continuidade ao projeto anterior. Contudo, o ICNF e Direção Regional de Agricultura alertaram o Município que a anterior intervenção não tinha sido bem projetada, uma vez que o material que estava aplicado nos tanques não era o material adequado à criação de espécies piscícolas. Disse, ainda, que tinham contactado a Câmara Municipal de Boticas, no sentido de se deslocarem ao Parque de Boticas para verem como funcionava aquele espaço, mas que, face às baixas médicas recorrentes dos funcionários afetos ao Parque, ainda não tinha sido possível visitarem esse espaço, sendo que, nessa conjuntura, era difícil darem continuidade ao projeto. O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues questionou sobre a data prevista para a abertura oficial do Parque da Carvalheda ao público, alertando para o facto do Parque estar acessível ao público, sem condições de visita, pelo que aconselhava, por uma questão de segurança, a que se colocasse um aviso de proibição de entrada. Por outro lado, questionou, ainda, quais eram as funções dos funcionários afetos a esse Parque. Em resposta, a Eng.^a Eulália Valadares disse que estava afeto ao Parque um funcionário com a formação superior em engenharia agrícola e arquitetura paisagista, com a função de desenvolver a parte técnica do projeto e a intervenção na parte paisagista, e um funcionário para a parte educacional do Parque. Relativamente à abertura plena e oficial do Parque ao público, transmitiu que isso apenas será possível quando conseguirem reunir os pareceres positivos das entidades, isto é, quando se corrigir o problema dos tanques de água. De seguida, o senhor Vice-Presidente agradeceu e louvou a intervenção da Eng.^a Eulália Valadares, e referiu que o membro Sílvia Maria Cardoso Rodrigues estava a aligeirar a questão, pois o projeto inicial tinha sido mal executado e agora o atual executivo estava a adaptá-lo, sendo que estava a ser difícil e muito oneroso corrigir o projeto, razão pela qual não conseguiam prever uma data de abertura oficial, lamentando, ainda, o facto dos funcionários afetos ao Parque da Carvalheda, não terem dado nenhum contributo para a revitalização do projeto. O senhor Vice-Presidente aproveitou, ainda, para referir que a preocupação ambiental do grupo municipal da



coligação PPD-PSD/CDS-PP o deixava satisfeito, embora não pudesse deixar passar em claro a questão abordada na última declaração de voto relativa à falta de investimento municipal no meio ambiente, uma vez que os membros da coligação PPD-PSD/CDS-PP devem andar muito distraídos da realidade, relembrando, por isso, que o Município celebrou um protocolo com a Iberdrola, com um montante máximo de 1 milhão e 300 mil euros, que abrangeu de forma transversal, varias ações canalizadas para o meio ambiente, tendo sido feito um trabalho sério e um grande investimento na florestação do concelho. Sobre a questão dos rios, transmitiu que o Município tendo vindo a fazer investimento em equipamentos para evitar a poluição nos rios, frisando, ainda, a Requalificação do Parque de Lazer de Canedo, um investimento de 265 mil euros, a Construção do Parque de Lazer do Rio Beça, um investimento de 472 mil euros, e o alargamento do Parque de Lazer das Meadas que também vai avançar, salientando, por último, que apesar do último verão ter sido de seca extrema devido à falta de chuva e às altas temperaturas, a parceria com as Juntas de Freguesia e com os Bombeiros, permitiu garantir o regular abastecimento de água à população. O membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues interveio, devidamente autorizado, dizendo que não andava distraída e que tinha pleno conhecimento do território, pois sempre residiu em Ribeira de Pena. Louvou as iniciativas tomadas para a melhoria do meio ambiente, considerando, contudo, que se pode fazer mais e melhor pelo Concelho. Referiu, ainda, que relativamente à questão da água e da poluição dos rios, o problema da água das Meadas era preocupante, uma vez que o problema tem persistido e prejudicado a vila de Cerva e o comércio local. Já quanto à seca, apesar de ser um problema mundial, já lhe tinha acontecido chegar ao mês de agosto e não ter água em casa, pelo que, na sua opinião, deveria ser reforçado o investimento em novas captações a executar durante o inverno acautelar essas situações de falta de água não aconteçam no verão, uma vez que os períodos de seca são cada vez mais longos, pelo que dever-se-ia investir mais em novos furos de captação de água. Em resposta, o senhor Vice-Presidente disse que as declarações de voto deveriam ser feitas com a intenção de dar contributos e não o contrário, uma vez que declaração de voto apresentada pelos membros da coligação PPD-PSD/CDS-PP, assente em



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pressupostos falsos, desinforma a Assembleia Municipal, omitindo o grande investimento que se tem feito no Município na defesa e promoção do ambiente.-----

-----**PERÍODO “DA ORDEM DO DIA”**-----

Ponto UM – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se seria necessário algum esclarecimento sobre o conteúdo do mesmo.-----

Usou da palavra, devidamente autorizado, o membro municipal Sílvia Maria Cardoso Rodrigues, que perguntou: *“Quais foram os encargos previstos para a Câmara Municipal, no período, entre a sessão extraordinária do dia 7 de dezembro até ao dia 31 de dezembro? Quais foram os saldos bancários, desde o dia 13 de dezembro, das operações orçamentais e das não orçamentais? Quais são as disponibilidades financeiras, uma vez que no quadro apresentado não conseguiu aferir as disponibilidades?”* O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que todos os dias existiam movimentos de entrada e de saída de dinheiro, pelo que não tinha essa informação consigo, mas que na próxima sessão da Assembleia Municipal iria transmitir informação mais precisa sobre os saldos bancários das contas da autarquia, salientando, ainda, que relativamente à regra do equilíbrio orçamental, o Município tinha, a 16 de dezembro, um saldo corrente de 408.465,81€, e que ainda poderia ser maior, uma vez que se mantinha a dificuldade em receber os valores da produção de energia de Alvadia, que já ascendia ao montante de 1.628.054,97€.-----

PONTO DOIS – Presente, para conhecimento, orçamento e plano plurianual de atividades e investimento para 2023 da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se seria



necessário algum esclarecimento sobre o conteúdo do mesmo.-----

PONTO TRÊS - Presente, para conhecimento, orçamento e plano de atividades para 2023 dos EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se seria necessário algum esclarecimento sobre o conteúdo do mesmo.-----

PONTO QUATRO - Presente, para aprovação, minuta do contrato-programa entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e os EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato-programa.-----

PONTO CINCO - Presente, para aprovação, minuta de contrato-programa entre o Município de Ribeira de Pena e os EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a minuta de contrato-programa, com os votos a favor do Grupo Municipal do PS (13 votos) e do Presidente da Junta de Freguesia de Alvadia (1 voto) e com a abstenção do Grupo Municipal da coligação PPD/PSD-CDS/PP (6 votos).-----

PONTO SEIS - Presente, para aprovação, isenção de taxas municipais – construção e reconstrução de edifícios;-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

PONTO SETE – Presente, para aprovação, designação de quatro Cidadãos Eleitores para Integrar a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ribeira de Pena.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os membros eleitos pela coligação PPD/PSD-CDS/PP se queriam apresentar alguma lista. Não tendo os membros da coligação PPD/PSD-CDS/PP apresentando qualquer lista, o senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Artur Mota, procedeu à leitura



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da seguinte da proposta: *“Designação de quatro cidadãos eleitores para a Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Ribeira de Pena. Considerando que as crianças, enquanto grupo socialmente vulnerável e exposto a perigos, são merecedoras da especial proteção e tutela por parte da sociedade e, em especial, das entidades públicas; Considerando as atribuições legais conferidas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, enquanto organismo promotor e defensor dos direitos das crianças e dos jovens em perigo; Considerando a composição multidisciplinar das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens assegurado pela diversidade de instituições representadas com atribuições sectoriais concorrentes para a promoção e defesa dos direitos das crianças e dos jovens em perigo; Considerando que, nos termos da alínea l) do nº 1 do artigo 17º e do nº 2 do artigo 20º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em modalidade de comissão alargada, deverá integrar “quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidade para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela assembleia municipal”; Considerando que os anteriores membros designados pela Assembleia Municipal de Ribeira de Pena para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foram eleitos na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30 de dezembro de 2019; Considerando que os membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens são, nos termos do artigo 26º, nº 1 da Lei nº 169/99, de 1 de setembro, designados por um mandato de 3 anos; Considerando o fim do mandato dos membros designados na Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2019, verifica-se a necessidade de a Assembleia Municipal designar “quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidade para intervir na área das crianças e jovens em perigo”, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ribeira de Pena; Nestes termos, proponho que a Assembleia Municipal designe os quatro seguintes cidadãos eleitores: Ana Cláudia Guedes Vilela; Ana Sofia da Costa Gonçalves; Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues; Tânia Patrícia Medeiros Teixeira. Paços do Concelho, em 19 de dezembro de 2022. O Grupo Municipal do Partido Socialista.”* Antes da votação, o membro municipal Sílvia Maria Cardoso



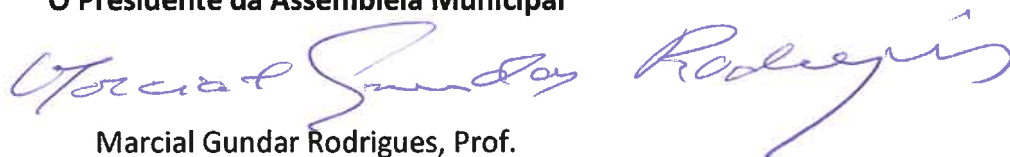
MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rodrigues, no uso da palavra, disse que, a proposta que estava a ser apresentada deveria ter sido enviada previamente juntamente com os documentos da sessão da Assembleia Municipal. Seguidamente, realizou-se a votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado, após contagem dos votos, 16 (dezassex) votos a favor e 3 (três) votos em branco.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada, pelas 12h00, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, da qual, para constar lavrou e aprovou a presente ata, que, para efeitos de execução imediata, foi previamente aprovada, por unanimidade em minuta, e vai a mesma ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Marcial Gundar Rodrigues, e por mim, Artur Armando Ribeiro da Mota, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, que a redigi.-----

Ribeira de Pena, em 22 de dezembro de 2022.-----

O Presidente da Assembleia Municipal


Marcial Gundar Rodrigues, Prof.

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal



Artur Armando Ribeiro da Mota, Eng.º